



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Corpo de Bombeiros Militar - CBM
Seção de Compras - CBM-CPOFCOMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:15004 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR- RO

15014 – FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR – FUNESBOM

UNIDADE SOLICITANTE: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA- CBM-RO

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. **O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA – CBMRO**, através do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM, situado a Av. Campos Sales, 3254 – Bairro Olaria, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, promove a elaboração deste Termo de Referência tendo por objetivo a definição precisa do objeto a ser licitado, apresentando subsídios necessários, a fim de deflagrar procedimento licitatório para o planejamento da contratação de empresas para fornecer materiais e equipamentos de logística de campanha, essenciais ao suporte das equipes de combate a incêndios florestais, em conformidade com as diretrizes do PLANO DE OPERAÇÕES PARA TEMPORADA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS – POTIF 2025, destinado a atender às demandas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

2.2. O presente Termo de Referência estabelece as diretrizes e informações essenciais para a condução do procedimento destinado à aquisição do objeto em questão, em conformidade com a legislação vigente. Sua elaboração atende ao disposto nos artigos 6º, incisos XXV e XLI, da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Rondônia.

2.3. Além disso, este documento observa as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo a proteção e o tratamento adequado de dados pessoais.

3. DO OBJETO

3.1. Registro de Preços, para futura e eventual Aquisição de Materiais e equipamentos de logística de campanha, essenciais ao suporte das equipes de combate a incêndios florestais, em conformidade com as diretrizes do PLANO DE OPERAÇÕES PARA TEMPORADA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS – POTIF 2025 a atender às demandas do CBMRO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, DA CLASSIFICAÇÃO, DO QUANTITATIVO E DO PREÇO DE REFERÊNCIA

Catmat	Item	Descritivo - Especificações mínimas	QuantidadeTotal	Unidade de Medida	QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA
LOTE 1					

1529	1	<p>BARRACA DE CAMPANHABARRACA COMPOSTA POR COBERTURA, FRONTAIS ANTERIOR E POSTERIOR, PAREDES DE FECHAMENTOS LATERAIS, PISO, FORRAÇÃO TÉRMICA E ACESSÓRIOS. DIMENSÃO: 5.00 M DE LARGURA X 6,24 M DE COMPRIMENTO X 2,84 M DE ALTURA MEDIDA DA CUMEEIRA AO PISO E 1.990 MM MEDIDA NA LATERAL. ESPECIFICAÇÃO: COMPOSTA POR ESTRUTURAS METÁLICAS, COBERTURA, PAREDES DE FECHAMENTO ANTERIOR E POSTERIOR, PISO, FORRAÇÃO TÉRMICA E ACESSÓRIOS. ESTRUTURA METÁLICA: A ESTRUTURA É TUBULAR EM AÇO SAE 1020 GALVANIZADO A FOGO DE 1.5/8" DE DIÂMETRO COM PAREDE DE 1,20MM DE ESPESSURA, AUTOSSUSTENTÁVEL, CONFERINDO A BARRACA VÃO LIVRE TOTAL ENTRE SUAS LATERAIS, TOTALMENTE INTERLIGADOS ENTRE SI, NA CUMEEIRA, NAS LATERAIS DO TETO E NAS LATERAIS INFERIORES COM AUXÍLIO DE CONEXÕES. COBERTURA: A COBERTURA É CONSTITUÍDA DE UMA PEÇA INTEGRAL QUE FORMA O TETO E AS LATERAIS DA BARRACA, CONFECCIONADA EM LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER, COR VERMELHA,"BLACKOUT", IMPERMEÁVEL, COM TRATAMENTO ANTIMOFO, AUTO EXTINGUÍVEL E FILTRO ULTRAVIOLETA. CADA LATERAL APRESENTA 3(TRÊS) JANELAS DE CADA LADO COM TELA MOSQUITEIRO FABRICADA EM POLIÉSTER PARA TODAS AS JANELAS DA BARRACA, COR VERMELHA E VISOR TRANSPARENTE DE PVC, E SOBRE ESSAS, COM CORTINAS DE LONA IGUAL DA COBERTURA DA BARRACA. LATERAIS TRIPARTIDA PERMITINDO ABERTURA PARCIAL OU TOTAL. AS PAREDES ANTERIOR E POSTERIOR SÃO IDÊNTICAS E CONFECCIONADAS COM O MESMO MATERIAL DA COBERTURA. UMA PORTA CENTRAL DE 2.100 MM DE ALTURA X 1.100 MM DE LARGURA E DUAS JANELAS DE 1.100 MM DE ALTURA X 900 MM DE LARGURA, UMA EM CADA LADO DA PORTA. CADA PAREDE, ANTERIOR E POSTERIOR TEM UMA MANGA EM LONA DE Ø 170 MM X 400 MM DE COMPRIMENTO PARA PASSAGEM DE FIAÇÃO ELÉTRICA. PARA O FECHAMENTO DAS PORTAS SÃO COLOCADOS ZÍPERES DE POLIÉSTER Nº 10 COM DENTES ESPIRAIS DE MONOFILAMENTO DE POLIÉSTER COSTURADOS AOS CADARÇOS. LARGURA DA CREMALHEIRA: 10 MM. PARA ACOPLAMENTO DA COBERTURA COM AS PAREDES ANTERIOR E POSTERIOR É UTILIZADO ZÍPER DE POLIACETAL (VISLON) Nº 08 COM DENTES DE PLÁSTICO INJETADO. LARGURA DA CREMALHEIRA: 8 MM. PISO: CONFECCIONADO COM LAMINADO DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM TRATAMENTOS ANTIMOFO, AUTO EXTINGUÍVEL, FORMATO RETANGULAR MEDINDO APROX. 5.000 MM X 6.240 MM JUNTO A LINHA DO PISO E MAIS CERCA DE 250 MM DE ABA, COR CINZA PANTONE 443 C. FORRAÇÃO TÉRMICA: A FORRAÇÃO TÉRMICA É CONSTITUÍDA POR 2 (DUAS) FOLHAS DE LÂMINA DE ALUMÍNIO E CAMADAS DE FILME DE POLIETILENO COM ALVÉOLOS CHEIOS DE AR EXTRUDADOS, COLOCADAS COM AS LAMINAS DE ALUMÍNIO VOLTADAS PARA FORA E ALVÉOLOS PARA DENTRO FACE A FACE, FIXADAS À UMA LÂMINA PLÁSTICA DE PVC REFORÇADO COM TECIDO DE POLIÉSTER DE APROX. 300 G/M², COR BRANCA, QUE LHE SERVE DE SUPORTE, COM BAINHAS COSTURADAS EM TODO O PERÍMETRO DO FORRO TÉRMICO. AS BAINHAS DEVERÃO TER FITAS COM FIVELAS PASSADORAS PARA FIXAÇÃO DO FORRO TÉRMICO À ESTRUTURA METÁLICA DA BARRACA. BOLSA DE ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE: AS BOLSAS DE ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA COBERTURA, COR VERMELHA, COM 02 ALÇAS PARA MANUSEIO. QUANTIDADE DE BOLSAS: TOTAL DE 06 (SEIS BOLSAS PARA ACONDICIONAMENTO DE: COBERTURA, FRONTAIS, PISO / MANUAL DE INSTALAÇÃO, FORRO TÉRMICO, ESTRUTURAS METÁLICAS (TRAVESSAS), CONEXÕES E FERRAGENS. ACOMPANHA KIT DE REPARO E MANUAL DE MONTAGEM. FABRICANTE 12 MESES.</p>	30	UND	30
315	2	<p>CAMA DE CAMPANHACAMA METÁLICA DOBRÁVEL, MATERIAL ESTRUTURA AÇO, TIPO ESTRADO TECIDO POLIAMIDA, COMPRIMENTO 1,90 M, LARGURA 0,70 M, ALTURA 0,45 M, SUPORTA NO MÍNIMO 120KG, APLICAÇÃO CAMPANHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DOBRÁVEL PARA ESTOCAGEM E TRANSPORTE. FABRICANTE 24 MES(ES)</p>	300	UND	300
1427	3	<p>SACO DE DORMIR REVESTIMENTO EXTERNO: POLIÉSTER 190T RESINADO COM POLIURETANO REVESTIMENTO INTERNO: ALGODÃO COMPRIMENTO: 210 CM LARGURA: 75 CM TEMPERATURA UTILIZAÇÃO: DE 5°C À 12°C CPESO: 1 KG</p>	300	UND	300
17809	4	<p>TOLDOS 3M X 3MSISTEMA ARTICULADO PRÁTICO E FÁCIL DE MONTAR.CAMADA PROTETORA DE SILVER COATING COM PROTEÇÃO FPS E PROTEÇÃO UV. SISTEMA FLEXI LOCK PARA DESARME DA ESTRUTURA. ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO. PINTURA ELETROSTÁTICA DE LONGA DURABILIDADE. DIMENSÕES APROXIMADAS MONTADO.LARGURA 3 M. COMPRIMENTO 3 M.ALTURA: 200 M DO CHÃO AO INÍCIO DO TECIDO, 3 M DO CHÃO ATÉ O TOPO DO GAZEBO.DIMENSÕES APROXIMADAS DESMONTADO.1 GAZEBO 3X3M ARTICULADO COM SISTEMA FLEXI LOCKLONA SUPER REFORÇADA2MM DE ESPESSURA, 13KG.</p>	30	UND	30

609419	5	<p>eSPECIFICAÇÃO MÍNIMA: REDE DE SELVA DE FÁCIL INSTALAÇÃO E PROTEÇÃO CONTRA INSETOS. SUPORTA TRAÇÃO DE até 227kg.</p> <p>CONFECIONADA EM NYLON 240.</p> <p>A FIXAÇÃO É FEITA ATRAVÉS DE DUAS ARGOLAS DE METAL, LIGADAS À REDE POR MEIO DE FITAS DE POLIPROPILENO.</p> <p>POSSUI MOSQUITEIRO FIXADO À REDE, COM ABERTURA PARA ENTRADA POR MEIO DE ZÍPER.</p> <p>A ARMAÇÃO SUPERIOR DO MOSQUITEIRO É FEITA POR 2 FITAS DE POLIPROPILENO, CONFORME FOTO.</p> <p>ACOMPANHA EXCLUSIVA BOLSA COMPACTA PARA TRANSPORTE DA REDE.cOR: cAMUFLADO;</p> <p>MEDIDAS DO MODELO:COMPRIMENTO TOTAL (COM CORDÃO): 4,23 M</p> <p>COMPRIMENTO DO CORPO: 2,65 M</p> <p>LARGURA: 1,40 M</p> <p>ASSISTA AO VÍDEO DE ANÁLISE DA REDE, FEITO PELO SITE TOCANDIRA.INSTRUÇÕES ADICIONAIS:ASSIM QUE FIXAR A REDE NO LOCAL APROPRIADO, O PRÓPRIO PESO DO CORPO DEVE ACOMODAR OS CORDÕES E MOLDAR A REDE, DANDO-LHE O FORMATO DE CONCHA.</p>	500	UND	500
LOTE 2					
1301	6	<p>EXTINTORES DE INCÊNDIO PQS 6KGEXTINTOR PORTÁTIL DE PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CARGA DE PÓ QUÍMICO SECO ABC, FABRICADO CONFORME ABNT NBR 15808:2010 EM CHAPA DE AÇO CARBONO.DESTINADO AO COMBATE DE PRINCÍPIOS DE INCÊNDIO DAS CLASSES A (RESÍDUOS SÓLIDOS), B (LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS), C (EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS), COM PRESSÃO DE TRABALHO DE 10,5 KGF./CM2.</p> <p>CAPACIDADE EXTINTORA 4-A:40BC, TEMPO DE DESCARGA 8 A 13 SEGUNDOS, VALIDADE DE CARGA 1 ANO, VALIDADE DO TESTE HIDROSTÁTICO 05 ANOS, PESO DE CARGA PQS 6KG. MANGUEIRA EM BORRACHA COM TRAMA DE NYLON.</p>	30	UND	30
603334	7	<p>ESCADA DOBRÁVEL EM ALUMÍNIO, ALCANCE DE ALTURA DE 2,60M, SUPORTANDO PESO MAXIMO DE 120KG EM 05 DEGRAUS</p>	20	UND	20
618819	8	<p>CARRINHO COLETOR DE LIXO 120L COM PEDALA LIXEIRA COM PEDAL É FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), RESPEITANDO AS PRINCIPAIS NORMAS VIGENTES DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CAPACIDADE: 100L;COR: BRANCA;CAPACIDADE PARA ARMAZENAR: 120 LITROS OU 58 KG DE LIXO;RODAS DE BORRACHA: 200MM DE DIÂMETRO E EIXO REFORÇADO;MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP);COM PEDAL PARA SISTEMA DE ABERTURA/FECHAMENTO;GARANTIA DO FABRICANTE DE 3 MESES;</p>	60	UND	60
252198	9	<p>Cones de sinalização MATERIAL DE BORRACHA PVC, COR LARANJA, 02 FITAS REFLETIVAS, ALTURA, ENTRE 70CM A 92CM, LARGURA DA BASE MATERIAL BORRACHA 36CM.</p>	150	UND	150
307759	10	<p>Fita zebrada MATERIAL COMPOSTO EM POLIETILENO, CORES PRETO E AMARELO, EM ROLO DE 100M DE COMPRIMENTO POR 70 MM DE LARGURA.</p>	150	UND - ROLO	150
616917	11	<p>ROLO DE LONA PRETA 50 METROS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: 4M X 50MCOR: PRETALARGURA: 4 METROS (CADA)COMPRIMENTO: 50 METROSESPESURA: 20 MICRASMATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD)</p>	15	UND - ROLO	15
363576	12	<p>ROLO DE CORDA RETINIDA 5MM 100M CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:COMPOSIÇÃO: CAPA – 100% POLIPROPILENO / ALMA – 100% POLIPROPILENO.DIÂMETRO DA CORDA: 5,0MMCOMPRIMENTO TOTAL DA CORDA: 100 METROSTIPO DE CONSTRUÇÃO: TRANÇADA COM ALMA</p>	15	UND - ROLO	15
341361	13	<p>Quadros de aviso LOUSA QUADRO AVISO FELTRO 120X90CM MOLDURA MADEIRA</p>	15	UND	15
LOTE 3					
621445	14	<p>Fogão industrial FOGÃO INDUSTRIAL DE BAIXA PRESSÃO 04 BOCAS CHAPA + FORNO 55 LITROS CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO CARBONO MESA: PERFIL 50MM, GRELHA: AÇO 30X30, BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS: 2 QUEIMADORES: 02 QUEIMADORES FERRO FUNDIDO, 02 QUEIMADOR SIMPLES, 02 QUEIMADOR DUPLOS.</p>	15	UND	15
264613	15	<p>PANELA ALUMÍNIO BATIDO 6 LITROS COM ALÇAS E TAMPA.CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:MATERIAL: ALUMÍNIO BATIDOESESPURA: 5 MMDIMENSÕES ÚTEIS: 10,5 X 30 X 30 CMCAPACIDADE TOTAL: 6 LITROSALTURA TOTAL: 14,5 CMLARGURA TOTAL: 41 CMPROFUNDIDADE: 32 CM</p>	15	UND	15
334668	16	<p>PANELA ALUMÍNIO BATIDO 7 LITROS COM ALÇAS E TAMPA.CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:MATERIAL: ALUMÍNIO BATIDODIÂMETRO DA BOCA: 32 CMCAPACIDADE TOTAL: 7 LITROSESESPURA: 4 MMALTURA: 16 CMLARGURA: 43 CMPROFUNDIDADE: 33 CM</p>	30	UND	30

334668	17	PANELA ALUMÍNIO BATIDO 8 LITROS COM ALÇAS E TAMPA.CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:MATERIAL: ALUMÍNIO BATIDODIÂMETRO DA BOCA: 33 CMCAPACIDADE TOTAL: 8 LITROSEPESSURA: 4 MMALTURA INTERNA: 13 CMALTURA EXTERNA: 16,5LARGURA: 46 CMPROFUNDIDADE: 34 CM	15	UND	15
443916	18	PANELA COM TAMPA EM ALUMÍNIO BATIDO, 50 LITROS, COM 22CM DE ALTURA X 60CM DE LARGURA, PESO DE 08 A 11 KG.	30	UND	30
619730	19	PANELA COM TAMPA EM ALUMÍNIO BATIDO, 20 LITROS, COM ALTURA ACIMA DE 10CM X 40CM DE LARGURA LARGURA MAXIMA PESO DE 03 A 06 KG.	30	UND	30
421724	20	PANELA DE PRESSÃO 07 LITROS CAPACIDADE DE VOLUME 07 L, TIPO DE REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO, ALUMINIO, DIMENSÕES: 42CM DE LARGURA, 18.5CM DE ALTURA E 22.5CM DE DIÂMETRO.	30	UND	30
421724	21	PANELA DE PRESSÃO 20 LITROS Capacidade em volume: 20L, Tipo de revestimento interno e externo: alumínio, deverá possuir sistema de segurança, dimensões: 47cm de largura, 31cm de altura e 30cm de diâmetro.	30	UND	30
421724	22	PANELA PRESSÃO 30 LITROS MATERIAL: ALUMÍNIOCAPACIDADE: 30 LSISTEMA SEGURANÇA: VÁLVULAS FUNCIONAM/SEGURANÇA E BORRACHA SEGURANÇA	30	UND	30
609391	23	PANELA DE ALUMINIO BATIDO COM TAMPA EM TIPO CAÇAROLA ALUMINIO BATIDO, 13 CM X 45,5CM, DIÂMETRO DE 34CM, PESO MAXIMO DE ATÉ 2KG.	30	UND	30
428002	24	PRATO CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:PRATO FUNDO;PRATO ESMALTADO TEM A BORDA EM DETALHE PRETO OU VERMELHO. DIÂMETRO: 22 CM X 4 CM COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO REVESTIDO DE ESMALTE PESO: 95G (UNIDADE) FORMATO: REDONDO;	300	UND	300
270149	25	CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:FACA DE COZINHA-REFEIÇÃO; DE MESA; EM AÇO INOXIDÁVEL LARGURA DA FACA: 2 CM;COMPRIMENTO TOTAL: 22 CM;PESO: 40 G / 0,04 KG.	300	UND	300
437873	26	GARFO TALHERESCARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:GARFO DE COZINHA-REFEIÇÃO; DE MESA; EM AÇO INOX; LARGURA GARFO: 2,5 CM;COMPRIMENTO TOTAL: 20 CM;PESO: 40 G / 0,04 K.	300	UND	300
437924	27	COLHER PEQUENA CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:COMPOSIÇÃO/MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL;DIÂMETRO DA COLHER: 4 CM;DIÂMETRO MAIOR DO CABO: 2 CM;COMPRIMENTO TOTAL: 20 CM;PESO: 40 G / 0,04 KG.	300	UND	300
218219	28	COLHER DE MADEIRA DE 1 (UM) METRO CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:MATERIAL: MADEIRA,LARGURA: 13 CMCOMPRIMENTO: 100 CM	15	UND	15
247603	29	COLHER DE MADEIRACARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:MATERIAL: MADEIRA,LARGURA: 13 CMCOMPRIMENTO: 44 CM	15	UND	15
424325	30	GARFOS GRANDES CHURRASCO CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:MATERIAL DA LÂMINA: AÇO INOXIDÁVELMATERIAL DO PUNHO: MADEIRACABO: 38CMLÂMINA DO GARFO: 17ALTURA: 2,50 CENTÍMETROSLARGURA: 3,50 CENTÍMETROSTIPO DE GARFO: TRINCHANTECOMPRIMENTO: 50 CM	15	UND	15
355383	31	PEGADOR DE MACARRÃOCARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL;ALTURA: 33.00CM;LARGURA: 7.80CM;PROFUNDIDADE: 5.20CM;POSSUIR ALÇA NO CABO: SIM	15	UND	15
286367	32	CANECO 03 LITROS CANECO DE METALMATERIAL: ALUMÍNIOCAPACIDADE: 3 LMATERIAL CABO: MADEIRA	30	UND	30
292588	33	BACIAMATERIAL: PLÁSTICOCAPACIDADE: 20 L FORMATO: REDONDA	30	UND	30
460658	34	BACIAMATERIAL: PLÁSTICODIÂMETRO: 34 CMCAPACIDADE: 5 LCOR: VARIADAFORMATO: REDONDA	30	UND	30
61973	35	FRIGIDEIRA ANTIADERENTES GRANDESFRIGIDEIRAMATERIAL: FERROTIPO: FUNDADIÂMETRO: 35 CM REVESTIMENTO: ANTIADERENTEAPLICAÇÃO: COPA E COZINHA	30	UND	30

372042	36	FRIGIDERIA ANTIADERENTE PEQUENAMATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: FUNDADIÂMETRO: 25 CM REVESTIMENTO: ANTIADERENTE MATERIAL CABO: BAQUELITE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA	30	UND	30
332681	37	TÁBUA DE CORTAR CARNE CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: MATERIAL: TECNIL; FORMA: RETANGULAR; COMPRIMENTO: 60 CM; LARGURA: 40 CM; ESPESSURA: 5 MM ANTI DERRAPANTE: SIM; LIVRE DE BPA: SIM; COR: BRANCA.	15	UND	15
455575	38	FUNIL POLIPROPILENO 1 LITRO CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: CARACTERÍSTICAS: FABRICADO EM POLIPROPILENO; AUTOCLAVÁVEL ATÉ 121°C; LEVE E FÁCIL DE MANUSEAR; HASTE CURTA PARA DIRECIONAMENTO PRECISO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL: POLIPROPILENO; RESISTÊNCIA À TEMPERATURA: ATÉ 121°C DESIGN DA HASTE: CURTA. CAPACIDADE: 1000 ML	15	UND	15
461517	39	VASILHAME DE GLP USO: DOMÉSTICO CAPACIDADE: CERCA DE 13 KG ACESSÓRIOS: COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA MATERIAL: POLIPROPILENO; RESISTÊNCIA À TEMPERATURA: ATÉ 121°C DESIGN DA HASTE: CURTA. CAPACIDADE: 1000 ML	30	UND	30
437046	40	VASILHAS PLÁSTICAS COM TAMPAS 02 LITROS MATERIAL: PLÁSTICO CAPACIDADE: 2 L CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA HERMÉTICA COM TRAVAS LIVRE DE BPA: SIM; COR: BRANCA.	30	UND	30
391985	41	CUSCUZEIRA 20 LITROS PANELA CUSCUZ MATERIAL: ALUMÍNIO CAPACIDADE: 20 L CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Nº 30	30	UND	30
330741	42	FORMAS GRANDES ASSADEIRA COZINHA COMERCIAL MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL LARGURA: 40 CM COMPRIMENTO: 80 CM	30	UND	30
454519	43	ASSADEIRA COZINHA COMERCIAL MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL FORMATO: RETANGULAR LARGURA: 31 CM COMPRIMENTO: 48 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM ALÇA E SEM TAMPA	30	UND	30
378179	44	ESCORREDOR DE MASSAS E MACARRÃO EM ALUMÍNIO COM FUROS NAS LATERAIS E EMBAIXO. ESCORREDOR INDUSTRIAL DE ALUMÍNIO REFORÇADO COM DIÂMETRO DE BOCA DE 55 CM COM ALÇA DE ALUMÍNIO. IDEAL PARA USO EM COZINHA INDUSTRIAL, HOTELARIAS E OUTRAS GRANDE ESCALA. MEDIDAS: ALTURA: 30,5 CM LARGURA/DIÂMETRO: 50 CM ESPESSURA: 1,50 MM CAPACIDADE: 30 L PESO: 1,926,650 G	30	UND	30
485585	45	ESCUMADEIRA DE UM 60 CM MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL; PODE IR A ALTAS OU BAIXAS TEMPERATURAS; ELIMINA A GORDURA DOS ALIMENTOS COM RAPIDEZ E FACILIDADE; DESIGN INOVADOR E MODERNO; MATERIAL EXTREMAMENTE RESISTENTE E DURÁVEL; DIMENSÕES APROXIMADAS: PENEIRA: 23 CM DE DIÂMETRO. CABO: 21 CM. TOTAL DO COMPRIMENTO DA PEÇA 60 CM	15	UND	15
315467	46	ESPUMADEIRA MENOR MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TEMPERATURA: PODE IR A ALTAS OU BAIXAS TEMPERATURAS EFICIÊNCIA: ELIMINA A GORDURA DOS ALIMENTOS COM RAPIDEZ E FACILIDADE DESIGN: INOVADOR E MODERNO DURABILIDADE: MATERIAL EXTREMAMENTE RESISTENTE E DURÁVEL DIÂMETRO: 11,5 CM COMPRIMENTO: 31,5 CM	15	UND	15
333108	47	CONCHA DE COZINHA CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: MATERIAL AÇO INOX MEDIDAS 33 CM	15	UND	15
485586	48	CONCHAS GRANDES MATERIAL CORPO: ALUMÍNIO MATERIAL CABO: ALUMÍNIO COMPRIMENTO CABO: 50 CM DIÂMETRO: APROXIMADAMENTE 15 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CURVA NA PONTA DO CABO	30	UND	30
16322	49	JOGO DE FACAS PROFISSIONAIS P/M/G E CUTELO FACA, MATERIAL LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL MATERIAL CABO: PLÁSTICO TAMANHO: VARIADO APLICAÇÃO: CARNES, LEGUMES, FRUTAS, DESOSSA, PÃO TIPO: COZINHA APRESENTAÇÃO: JOGO COM 09 UNIDADES	30	UND	30
312303	50	SUPORTE PARA COAR CAFÉ CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: ESPECIFICAÇÃO DO MANCEBO SUPORTE PARA COADOR DE PANO INDUSTRIAL 1. INFORMAÇÕES GERAIS MODELO: MANCEBO SUPORTE PARA COADOR COR: METALIZADA OU BRANCA 2. DIMENSÕES ALTURA: 53 CM DIÂMETRO DO FURO: APROXIMADAMENTE 3 CM (COMPATÍVEL COM O DIÂMETRO DO COADOR DE 30 CM) BASE: 30 CM DE DIÂMETRO (PARA ESTABILIDADE) 3. MATERIAL ESTRUTURA: ARAME DE AÇO INOXIDÁVEL OU ALUMÍNIO (PARA RESISTÊNCIA À CORROSÃO E DURABILIDADE) ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTÁTICA OU GALVANIZAÇÃO PARA MAIOR PROTEÇÃO E ESTÉTICA 4. CAPACIDADE E SUPORTE CAPACIDADE MÍNIMA: SUPORTE DE 500 GRAMAS (PARA GARANTIR SEGURANÇA E ESTABILIDADE DURANTE O USO) TIPO DE FIXAÇÃO: SISTEMA DE ENCAIXE OU PARAFUSO PARA FIXAÇÃO DO COADOR NO MANCEBO	15	UND	15

259473	51	COADORES GRANDES ALGODÃO CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: COADOR DE PANO PARA USO EM TRIPÊS DE ALUMÍNIO. COADOR TIPO "SACO DE PANO" LAVÁVEL. PRÓPRIO PARA COAR CAFÉS EM COZINHAS PROFISSIONAIS. DIMENSÕES APROXIMADA (LXA): 22X30CM MATERIAL: ALGODÃO COR: CRU CAPACIDADE: 5,2 LITROS	15	UND	15
370718	52	GARRAFA TÉRMICA 05 LITROS GARRAFA TÉRMICA MATERIAL: PLÁSTICO CAPACIDADE: 5 L CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TORNEIRA, ALÇA E PÉS DOBRÁVEIS EM BAIXO.	30	UND	30
233169	53	GARRAFA TÉRMICA 20 LITROS MATERIAL: PLÁSTICO REVESTIDO COM FIBRA CAPACIDADE: 20 L FORMATO: CILÍNDRICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TORNEIRA	30	UND	30
468442	54	GARRAFA TÉRMICA CAFÉ 02 LITROS MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL CAPACIDADE: 2 L CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA TIPO PRESSÃO, AMPOLA INQUEBRÁVEL	30	UND	30
443552	55	CHAIRA PROFISSIONAL CHAIRA ESTRIADA 12" HASTE EM AÇO CARBONO 12" REVESTIDA COM CROMO-DURO. CABO DE POLIPROPILENO. ARGOLA EM AÇO INOX. COMPRIMENTO: 46,5 CM; LARGURA: 6 CM; ALTURA: 4 CM.	30	UND	30
328784	56	AMOLADOR MANUAL MATERIAL: CORÍNDON BRANCO / CARBONETO DE SILÍCIO PESO: 730G TAMANHO: 18X6X3CM GRÃO 2000 BASE EMBORRACHADA	30	UND	30
LOTE 4					
8670	57	LÂMPADA 100W - TECNOLOGIA DE ILUMINAÇÃO EM LED; FLUXO LUMINO - 10,000 LM; EFICIÊNCIA - 100LM/W; CORRENTE - 650MA; FATOR POTÊNCIA - >0,92; FREQUÊNCIA - 50/60HZ; VIDA MEDIANA - 30.000 HRS. VOLTAGEM 127V/220V; POTÊNCIA 600 W; FORMA: BULBO; BOCAL E40.	300	UND	300
8670	58	BOCAL PORCELANA, SUPORTA LÂMPADAS DE ATÉ 100W E 250V, COM BASE DE FIXAÇÃO INCLuíDA, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL DO BOCAL: PORCELANA POTÊNCIA MÁXIMA: 100W TENSÃO MÁXIMA: 250V COR: BRANCO DIMENSÕES: 10CM DE DIÂMETRO X 5CM DE ALTURA COMPONENTES INCLUSOS: PLAFON, BASE DE FIXAÇÃO E MANUAL DE INSTRUÇÕES	150	UND	150
472	59	INTERRUPTOR DE LUZ SIMPLES TOMADA DUPLA 20A PRETA OU BRANCA SOB REPOR. MODELO PARA USAR SOBREPOSTA NA PAREDE, EM AMBIENTES INTERNOS OU EXTERNOS. TAMANHO : ALT 9,5 CM X LAR 6,0 CM X PROF 4,5 CM. QUANTIDADE DE TOMADAS: 2; CORRENTE NOMINAL 20 A; VOLTAGEM NOMINAL 110/220V.	150	UND	150
484	60	TOMADA DUPLA 20A PRETA OU BRANCA SOB REPOR. MODELO PARA USAR SOBREPOSTA NA PAREDE, EM AMBIENTES INTERNOS OU EXTERNOS. TAMANHO : ALT 9,5 CM X LAR 6,0 CM X PROF 4,5 CM. QUANTIDADE DE TOMADAS: 2; CORRENTE NOMINAL 20 A; VOLTAGEM NOMINAL 110/220V	150	UND	150
NÃO ENCONTRADO	61	FIO ELÉTRICO 2,5 MM ROLO COM 100 M - 105°C TENSÃO: 750V FILAMENTOS: 30 COMPRIMENTO: 100 METROS CORES DISPONÍVEIS: AZUL, VERMELHO, PRETO, VERDE, AMARELO, BRANCO. INSTALAR CONFORME A NORMA NBR - 9117	150	UND ROLO	150
LOTE 5					
301139	62	PAPEL HIGIÊNICO 1 UNIDADE CORRESPONDE A 1 PACOTE COM 12 ROLOS PAPEL HIGIÊNICO 60M FOLHA DUPLA COM 12 UNIDADES, DIMENSÃO 0,26 X 0,38 X 0,2 CM; 0,66 G, 100% CELULOSE	300	UND - PACOTES	300
622345	63	LAVATÓRIO DE BANHEIRO PLÁSTICO PARA FUSAR BANCADA 01 LAVATÓRIO PLÁSTICO DE PARA FUSAR COM VÁLVULA INTEGRADA 01 SIFÃO INTELIGENTE DE PLÁSTICO UNIVERSAL (DN50 DN48 DN40 DN38) 01 TORNEIRA BANCADA SIMPLES DE PLÁSTICO DE 1/201 VEDA ROSCA DE 5M 01 ENGATE FLEXÍVEL LAVATÓRIO 1/2 40CM 04 PARA FUSOS PARA FIXAÇÃO 6MM 04 BUCHAS PARA FIXAÇÃO 6MM INFORMAÇÕES: TAMANHO - 35,23CM X 15,25CM X 25,47CM (L X A X P) MATERIAL - POLIPROPILENO CAPACIDADE: 3 LITROS VÁLVULA INTEGRADA COM TAMP. LAVATÓRIO COM PORTA SABONETE. MODELO JÁ FURADO PARA A TORNEIRA DE BANCADA.	60	UND	60
LOTE 6					
602047	64	CAVADEIRA ARTICULADA MATERIAL: AÇO SAE 1042, CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO DO CABO: 150CM CM, COMPRIMENTO DAS GARRAS: 28 CM, CAVADEIRA ARTICULADA, MATERIAL: AÇO CARBONO, CABO: MADEIRA ENVERNIZADA, COMPRIMENTO DO CABO: 110 CM, COMPRIMENTO DAS GARRAS: 24 CM, BATENTE: POLIPROPILENO	30	UND	30
239335	65	MARRETA MATERIAL DA MARRETA: AÇO FORJADO, CABO DE MADEIRA, MASSA DA MARRETA: 5KG	30	UND	30

216960	66	CAL HIDRATADAPACOTE 20KG, MATERIAL:HIDRÓXIDO DE CÁLCIO\, ASPECTO FÍSICO:PÓ\,COR:BRANCA\,APLICAÇÃO:CONSTRUÇÃO CIVIL	100	UND - PACOTES	100
4117	67	CAIXA D'ÁGUA 1000L DE POLIETILENO, SUPERFÍCIES INTERNAS LISAS, SISTEMA DE ENCAIXE DAS TAMPAS QUE DISPENSA PARAFUSOS E AMARRAS NA INSTALAÇÃO E GARANTE AINDA MAIS VEDAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA. CAPACIDADE 1000,00 L; ALTURA COM TAMPA 0,97 M; ALTURA SEM TAMPA 0,76 M; DIÂMETRO COM A TAMPA 1,52 M; DIÂMETRO DA BASE 1,16 M; PESO DO PRODUTO 16,70 KGGARANTIA DO FABRICANTE 60 MES(ES)	15	UND	15
ITENS					
NÃO ENCONTRADO	68	SMARTPHONE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 10 OU SUPERIOR.PROCESSADOR OCTA-CORE COM 2.2 GHZ OU SUPERIOR;MEMÓRIA DE ARMAZENAMENTO INTERNO COM MÍNIMO DE 128 GB; 52.4. MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 6 (SEIS) GB;PERMITIR O USO DOIS CHIPS SIMULTANEAMENTE (DUAL-CHIP);TELA COM TOUCHSCREEN CAPACITIVO E MULTITOUCH; 52.7. RESOLUÇÃO MÍNIMA DA TELA DE 1080 X 2160 PIXELS;CÂMERA TRASEIRA MÍNIMO DE 12 MP, COM FLASH INTEGRADO;CÂMERA FRONTAL DE MÍNIMO 8 MP;TELA:TAMANHO DE TELA: MÍNIMA DE POLEGADAS E MÁXIMO DE 7 POLEGADAS, MEDIDOS NA DIAGONAL;RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1080 X 2160 PIXELPROTEÇÃO CORNING® GORILLA® GLASS 6 OU SIMILAR COM A MESMA QUALIDADE OU SUPERIOR.CERTIFICAÇÃO IP68 E IP69 E ESPECIFICAÇÕES MILITARES 810HBATERIA MÍNIMO 4000MAH. 52.13.CONECTIVIDADE:802.11 A/B/G/N/ACBLUETOOTH 5.0 OU SUPERIOR;ENTRADAS: TIPO USB-C 2.0 OU SUPERIORSERVIÇOS DE LOCALIZAÇÃO COM, NO MÍNIMO: GPS, AGPS, GLONASS, GALILEO; BEIDOU.SENSORES:ACELERÔMETROPROXIMIDADEGIROSCÓPIOBÚSSOLAIMPRESSÃO DIGITALTEMPERATURABANDAS:2G - GSM 850/900/1800/1900 MHZ;3G - WCDMA 850/900/1700/1900/2100 MHZ;4G - LTE B1/B2 /B3 /B4 /B5 /B7 /B8 /B12 /B13 /B17 /B20 /B26 /B28 /B32 /B38 /B39/B40/B4/B42/B43/B66;OU TECNOLOGIA SUPERIOR, NOS PADRÕES AUTORIZADOS PELA ANATEL.DEVERÁ POSSUIR CERTIFICAÇÃO DA ANATEL.MODELO DE REFERÊNCIA: BLACKVIEW BV8890 E CAT S62 PRO	45	UND	45

482382	69	<p>NOTEBOOK ROBUSTECIDO COM TELA DE 14" COM ALTO DESEMPENHO, COM DESIGN ROBUSTECIDO, COM PROTEÇÃO CONTRA CHOQUES E QUEDAS E POSSUIDOR DAS CERTIFICAÇÕES MIL-STD-810H E IP53 OU 65.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO ITEM NOTEBOOK:DURABILIDADE/RESISTÊNCIA:CERTIFICAÇÃO DA NORMA MIL-STD-810H;DESIGN VEDADO, COM CERTIFICAÇÃO IP53 OU 65;TAMPAS REFORÇADAS E COM TRAVA.GABINETE:GABINETE CONSTRUÍDO COM COMPOSTO DE CARBONO, MAGNÉSIO, TITÂNIO, ALUMÍNIO, OU MATERIAL SUPERIOR, DEVERÁ SER APRESENTADO DOCUMENTO OU LAUDO QUE COMPROVE E DESCREVA A COMPOSIÇÃO DO MATERIAL UTILIZADO, COM ALÇA;DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA O GABINETE NÃO PODERÁ APRESENTAR SINAIS DE FADIGA, DESGASTE OU QUEBRA PREMATURAS, ABAULAMENTOS OU AFUNDAMENTOS, QUEBRA DE DOBRADIÇAS DA TELA, DESALINHAMENTOS E OUTRAS ANOMALIAS NÃO CONDIZENTES COM O MATERIAL E REFORÇOS ESTRUTURAIS ESPECIFICADOS.SOFTWARE:COM SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT® WINDOWS 11 PROFESSIONAL 64 BITS, INSTALADO E LICENCIADO, EM PORTUGUÊS DO BRASIL (PT-BR), NA MODALIDADE OEM;O SISTEMA DEVE VIR INSTALADO, BEM COMO TODOS OS DRIVERS DE ADAPTADORES INTERNOS NECESSÁRIOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO; EPROVER DRIVERS DE INTERFACE DE TODOS OS DISPOSITIVOS DE HARDWARE PARA O SISTEMA OPERACIONAL</p> <p>WINDOWS.PROCESSADOR:PROCESSADOR INTEL OU AMD PARA NOTEBOOKS DE USO CORPORATIVO.PELO MENOS 4 NÚCLEOS;PELO MENOS 8 THREADS;FREQUÊNCIA DE CLOCK MÁXIMO 4.70 GHZ;PELO MENOS CACHE DE 12 MB.MEMÓRIAS RAM:MÓDULOS DE MEMÓRIA SRAM TIPO DDR3 OU SUPERIOR COM BARRAMENTO COMPATÍVEL COM A PLACA MÃE;POSSUIR NO MÍNIMO 16 GB DE MEMÓRIA RAM.PLACA DE VÍDEOPLACA DE VÍDEO INTEGRADA.ARMazenamento:UNIDADE DE ARMAZENAMENTO INTERNO SSD (SOLID-STATE DRIVE);ESPAÇO DE ARMAZENAMENTO DE, NO MÍNIMO, 256GB.TELA:TELA LED DE 14" POLEGADAS (16:9)RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1920 X 1080COM RETROILUMINAÇÃO LED COM TELA SENSÍVEL AO TOQUEÁUDIO:COMPATÍVEL COM ÁUDIO INTEL® DE ALTA DEFINIÇÃOALTO-FALANTE DIANTEIRO INTEGRADOCONTROLES DE VOLUME E EMUDECIMENTO NO TECLADOTECLADO E ENTRADA DE DADOS:TELA SENSÍVEL AO TOQUETOUCHPAD SENSÍVEL À PRESSÃOINTERFACES:HDMI (TIPO A)FONES DE OUVIDO/ALTO-FALANTE (MINI-JACK ESTÉREO)ENTRADA DE MICROFONE/LINHA (MINI-JACK ESTÉREO)SERIAL (D-SUB DE 9 PINOS)ETHERNET 10/100/1000 (RJ-45)USB 2.0: 1USB 3.0: 2ACESSO WIRELESSBLUETOOTH - 5.0 OU SUPERIORWIFI: 802.11 (A/B/D/E/G/H/I/K/N/R/U/V/W/AC/AX)BATERIA:CONJUNTO DE BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO DE LONGA DURAÇÃO (MÍNIMO DE 6300 MAH) COM BATERIAS EMBUTIDASFONTE DE ALIMENTAÇÃO:FONTE DE ALIMENTAÇÃO, NECESSARIAMENTE EXTERNA, DO MESMO FABRICANTE DO NOTEBOOK, COM CAPACIDADE DE OPERAR COM QUALQUER TENSÃO DE ENTRADA NA FAIXA COMPREENDIDA DE 100V A 240V, COM COMUTACÃO AUTOMÁTICA;A FONTE DE ALIMENTAÇÃO DEVE SER CAPAZ DE FORNECER ENERGIA PARA CARGA DA BATERIA E PARA ALIMENTAÇÃO DO NOTEBOOK, COM POTÊNCIA SUFICIENTE PARA TODO O HARDWARE INSTALADO.ADMINISTRAÇÃO DE ENERGIA:POSSUIR FUNÇÃO SUSPENDER/REINICIAR, HIBERNAÇÃO, STANDBY (EM ESPERA), BIOS ACPIRECURSOS DE SEGURANÇA:SEGURANÇA DE SENHAS: SUPERVISOR, USUÁRIO,SOQUETE PARA CABO DE TRAVA KENSINGTONCHIP DE SEGURANÇA PARA PLATAFORMAS MÓVEIS CONFIÁVEIS (TPM) V.1.22 OU SUPERIOR.DISPOSITIVOS INTEGRADOS AO EQUIPAMENTO:CÂMERA WEBCAMGPSTECLADO COM ILUMINAÇÃO DE FUNDO - DE BORRACHA VEDADA OU PLÁSTICO EMISSIVOLEITOR DE IMPRESSÕES DIGITAISSEGUNDA BATERIAGARANTIAGARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES DE COBERTURA PARA REPOSIÇÃO DE PEÇAS, MÃO DE OBRA E ATENDIMENTO NO LOCAL A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DO PRODUTO PELO SETOR DE ALMOXARIFADO OU RESPONSÁVEL.ACESSÓRIOSBATERIA REMOVÍVEL: SIMMOCHILACOMPATÍVEL COM O TAMANHO DE NOTEBOOK OFERTADO, FABRICADA EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, NA COR PRETA OU CINZA ESCURO, COM REVESTIMENTO ACOLCHOADO DOS COMPARTIMENTOS INTERNOS PARA PROTEÇÃO DO NOTEBOOK E DOS ACESSÓRIOS, CONTRA IMPACTOS OU ARRANHÕES.COM UM COMPARTIMENTO INDEPENDENTE PARA O NOTEBOOK, E MAIS DOIS COMPARTIMENTOS EXTRAS, O SISTEMA DE FECHAMENTO DA MOCHILA DEVE SER POR ZÍPER COM DOIS PUXADORES/CURSORES CADA.COM BOLSOS INTERNOS QUE PERMITAM ACOMODAR CARREGADOR, MOUSE, DOCUMENTOS E OBJETOS, ALÉM DE DOIS BOLSOS EXTERNOS.DEVE PESAR NO MÁXIMO 1,0 KG, POSSUIR ALÇAS ERGONOMICAMENTE PROJETADAS COM AJUSTES PARA SE ENQUADRAREM A TODAS AS PESSOAS, COM ACOLCHOAMENTO TRASEIRO PARA AS COSTAS E NAS ALÇAS PARA CONFORTO E REDUÇÃO DE IMPACTOS AO EQUIPAMENTO.MODELOS DE REFERÊNCIA:NB-N14T: NOTEBOOK INDUSTRIAL (https://portwell.com.br/produto/nb-n14t-notebook-industrial-3-anos-de-garantia-tela-14%E2%80%B3IP65-processador-intel-core-i5-17-memoria-16gb-ram-armazenamento-256gb-ssd/)L140TG-4: https://www.directindustry.com/pt/prod/winmate-inc/product-35784-2418385.htmlLATITUDE 5430: https://www.dell.com/en-us/shop/cty/pdp/spd/latitude-14-5430-laptop?redirectto=moc</p>	30	UND	30
--------	----	--	----	-----	----

474218	70	NOBREAK:TOPOLOGIA: NOBREAK (UPS) INTERATIVO COM REGULAÇÃO ON-LINE.POTÊNCIA: 1500 VA. TENSÃO ENTRADA: BIVOLT AUTOMÁTICO 115/127/220V~. TENSÃO SAÍDA: 115V~.FORMA DE ONDA: SENOIDAL POR APROXIMAÇÃO - RETANGULAR PWM. FATOR DE POTÊNCIA DE SAÍDA: 0.65.CONEXÃO DE ENTRADA: PLUGUE NBR 14136.CONEXÃO DE SAÍDA: 5 TOMADAS NBR 14136.FUSÍVEL DE PROTEÇÃO EXTERNO (COM UNIDADE RESERVA E TROCA FÁCIL)ESTABILIZADOR INTERNO. FILTRO DE LINHA. FORMATO: TORRE.MICROPROCESSADOR: MICROPROCESSADOR RISC DE ALTA VELOCIDADE COM MEMÓRIA FLASH.AUTONOMIA MÉDIA DE 60 MINUTOS COM REFERÊNCIA AO USO DE 1 PC ON BOARD + 1 MONITOR LCD 15,6"CIRCUITO DESMAGNETIZADOR. SINALIZAÇÕES: LED BICOLOR QUE INDICA AS PRINCIPAIS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO DO NOBREAK.ALARME AUDIOVISUAL. BOTÃO LIGA/DESLIGA. TEMPORIZADO PARA EVITAR DESLIGAMENTOS ACIDENTAIS E/OU INVOLUNTÁRIOS.PROTEÇÕES PARA A CARGA: QUEDA DE REDE (BLACKOUT), RUÍDO DE REDE ELÉTRICA, SOBRETENSÃO DE REDE ELÉTRICA, SUBTENSÃO DE REDE ELÉTRICA, SURTOS DE TENSÃO NA REDE, CORREÇÃO DE VARIAÇÃO DA REDE ELÉTRICA POR DEGRAU.PROTEÇÕES DO NOBREAK: SOBREAQUECIMENTO NO TRANSFORMADOR E INVERSOR, POTÊNCIA EXCEDIDA DESCARGA TOTAL DA BATERIA, CURTO-CIRCUITO NO INVERSOR.GARANTIA: MÍNIMA DE 01 ANO.PRODUTO DE REFERÊNCIA: NOBREAK SMS 0027296 NET 4+ 1500BI ENTRADA BIVOLT AUTOMÁTICO E SAÍDA 115V~.DEVERÁ SER APRESENTADO, JUNTO À PROPOSTA DE PREÇOS, CATÁLOGO OU FICHA TÉCNICA DO PRODUTO QUE CONSTEM, NO MÍNIMO, AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA DESCRITAS.	30	UND	30
19193	71	GERADOR DE ENERGIA - Especificação Mínima: Gerador de energia do tipo a gasolina, com potência máxima do motor de 19,5 HP e cilindrada monocilíndrica de 667 cc. Ele utiliza gasolina como combustível e possui capacidade máxima do tanque de 41 litros, sendo a capacidade recomendável de 40 litros. O óleo recomendado para o funcionamento é 20W50, com capacidade do tanque de óleo de 1,5 litros. O sistema de partida é elétrico e manual, e a autonomia do gerador, com 50% de carga, é de 10,4 horas. Em relação à potência, o gerador tem potência aparente máxima de 13 kVA e potência aparente nominal de 12 kVA, com fator de potência igual a 1. A potência ativa máxima é de 13 kW e a potência ativa nominal é de 12 kW. O gerador opera em monofásico e a tensão principal de saída é de 220V. As tomadas auxiliares incluem uma tomada 220V/110V e duas tomadas 110V. O controle de tensão é feito por meio de um sistema AVR (com escova) e possui um carregador de bateria de 12V / 8,3A, com bateria de lítio. Os instrumentos de medição incluem voltímetro, horímetro e medidor de frequência, todos digitais, além de um alerta de nível de óleo. A bitola do fio recomendada é de 10 mm² e o nível de ruído é de 79 dB. O gerador conta com garantia de 12 meses e possui características adicionais como quadro robusto e reforçado, proteção no tanque de combustível, sistema AVR, carregador de bateria integrado, voltímetro digital, sensor de pressão de óleo, motor com lubrificação por bomba de óleo e rodas para transporte. Os acessórios inclusos são o manual do usuário, kit de ferramentas, um plug de tomada 30A, um plug de tomada 50A, um cabo de carga da bateria e um kit para montagem das rodas e coxim frontal. A proposta deve incluir prazos para entrega e instalação do equipamento, bem como as condições de garantia e suporte técnico.	15	UND	15
NÃO ENCONTRADO	72	Especificação mínima: Caixa de Transporte 160L - Cor preto ou vermelho - Baú de carga rígido, ou Hard Case, em plástico polietileno, com corpo e tampa moldadas em plástico, com borda de vedação em borracha que circula toda tampa e travas com porta cadeado para selar e garantir a segurança do conteúdo das caixas.Corpo feito em camada única com borda superior para aumentar a rigidez do baú. Tampa em plástico polietileno. Fechos retráteis por molas e porta cadeado, feitos em metal, com pintura na cor preta com 03 fechos. Pegadores laterais em metal, com grip emborrachado e mola de retração. Dobradiças moldadas em plástico na própria Hard Case, com giro em pino metálico o que faz a junção entre corpo e tampa, com bloqueio de abertura, mantendo a caixa aberta em 90 graus. Passador para Cinta de amarração na lateral da caixa, logo abaixo da tampa. Altura Fechada: 45,2cm; Tamanho da Caixa de Transporte (LAP): L 96,5 A 46cm P 59cm; Vedação: Borracha na linha da tampa. Com Garantia de 12 meses.	30	UND	30
783	73	FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS - Especificação Mínima: Freezer Horizontal 2 portas, com controle eletrônico, para programar a temperatura entre os modos freezer ou refrigerador. Classificação energética A. Capacidade de 500 a 600 litros, Potência (W)110V - 160W 220V 150W, Garantia do Fornecedor (mês)12, Paineis de Controle Externo, Consumo Aproximado de Energia (kWh)70,41W, com 2 Portas ou Tampas.	15	UND	15
3489	74	Bebedouro Purificador Industrial 200 Litros.Especificação Mínima: Bebedouro Purificador com Boia, de aço inox, 220V, Com capacidade de atender até 600 pessoas por hora. Pés reguláveis; Reservatório em polipropileno;Isolamento em EPS; Termostato com 7 níveis para ajuste de temperatura;Aparador de água reforçado e mangueira dreno;Filtro multiuso de brinde para primeira Instalação;Garantia de 12 meses; Tomada com 3 pinos, conforme norma da ABNT/NBR/603351; Classe 1;	15	UND	15
16322	75	JOGOS DE MESAS PLÁSTICAS QUADRADA COM CADEIRA. Especificação Mínima: Os jogos de mesas plásticas quadradas com cadeiras são compostos por uma mesa e quatro cadeiras na cor vermelha. A mesa, feita de plástico monobloco, possui um sistema de empilhamento que facilita o armazenamento. Suas medidas aproximadas são: comprimento de 70 cm, largura de 70 cm e altura de 70 cm, sendo fabricada em polipropileno. As cadeiras, do tipo Bistrô, são empilháveis e não possuem apoio de braços, também sendo produzidas em polipropileno. Elas são certificadas pelo INMETRO e atendem às normas da ABNT. As medidas aproximadas de cada cadeira são: altura de 85 cm, largura de 48 cm, profundidade de 52 cm e peso de 11,400 kg. O assento tem largura de 38 cm, largura do encosto de 48 cm, altura do assento ao chão de 46 cm, espessura do assento de 5 cm, profundidade do assento de 39 cm e comprimento do encosto de 44 cm. Cada cadeira suporta até 182 kg. Esse conjunto é ideal para diversas ocasiões, oferecendo conforto e praticidade.	150	UND	150

485826	76	CLIMATIZADOR DE AR INDUSTRIAL: Especificação mínima: climatizador evaporativo portátil de 110V e 100 litros possui um sistema evaporativo tipo colmeia, que resfria e umidifica o ar no ambiente de forma econômica, com baixo consumo de energia elétrica. Ele é fácil de transportar, equipado com quatro rodas, sendo que duas delas possuem travas. O controle de ventilação oferece três níveis de velocidade. O reservatório tem capacidade de 100 litros e permite abastecimento contínuo, podendo ser conectado diretamente à rede hidráulica. O aparelho conta com proteção para a bomba, que desliga automaticamente caso falte água no reservatório, e um indicador de nível de água localizado na parte frontal. As aletas internas oscilam automaticamente, enquanto as aletas externas podem ser reguladas manualmente. O peso bruto do climatizador é de 23 kg, e o peso líquido é de 20,5 kg. As dimensões da embalagem são 69 cm x 44 cm x 129 cm, e as dimensões do produto montado são 68 cm x 42 cm x 136,5 cm. A voltagem é de 127V, com potência de 210W, sendo indicado para áreas de 30 a 60 m². O produto possui um mínimo de 12 meses de garantia.	30	UND	30
NÃO ENCONTRADO	77	Cofre de Carga - Caixa Transportadora Características:Empilhável e paletizável Cores padrão: Laranja ou Vermelho Capacidade: 700 litros Dreno para facilitar a limpeza Lacres e travas de segurança Dimensões: Externas (L/C/A): 1000 x 1200 x 820 mm Internas (L/C/A): 880 x 1140 x 600 mm Certificações e Normas: O cofre de carga é certificado pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e atende à Norma ABNT NBR 15589:2008, cumprindo a Resolução 420 de 12/02/2004 da ABNT. Além disso, está em conformidade com o Decreto 4097 de 23 de janeiro de 2002 do Ministério dos Transportes, que regulamenta o transporte de mercadorias perigosas juntamente com outros produtos no mesmo veículo.	30	UND	30
NÃO ENCONTRADO	78	Extensão de 10 metros comprimento com tomada Fêmea Dupla de 20a reforçada. Servira tanto em pino fino de 10 a, como em pino grosso de 20 amperes, pino macho de 10 amperes;Extensão pode ser usada em 127v como em 220 volts; Extensões de Excelente qualidade Fabricadas com cabo pp normatizado e certificado Imetro.Extensões Elétricas de cabo Pp, Com tomada em barra reforçada;Capacidade recomendada para ligar seus equipamentos 127v 1000w 220v :1800w.	60	UND	60

Tabela 01: Descrição do material.

4.1. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

4.2. Os itens para aquisição encontram-se em conformidade com o disposto no art. 20 da Lei Federal de Licitações e Contratos 14.133/2021 assim como disposto no Decreto Federal 10.818 de 27 de setembro de 2021 o qual regulamenta e estabelece o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

4.3. O objeto desta aquisição é considerado Bem ou Serviço Comum conforme Lei nº 14.133, em seu Art. 6º, dado que os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
...
XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;

4.4. BENS E SERVIÇOS DE USO COMUM

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. São encontrados facilmente no mercado. São exemplos de bens comuns: canetas, lápis, borrachas, papéis, mesas, cadeiras, veículos, aparelhos de ar refrigerado, etc. e de execução de serviços: confecção de chaves, manutenção de veículos, colocação de piso, troca de azulejos, pintura de paredes, etc.

O bem ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. São inúmeros os objetos a serem licitados que não são vistos com clareza pelo gestor com o intuito de definir se o objeto é comum ou não. O Decreto nº 3.555, de 2000 define os bens ou serviços de natureza comum. No entanto, essa lista foi considerada meramente exemplificativa, em razão da impossibilidade de se listar tudo que é comum.

Cabe ao gestor, na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, decidir-se pela modalidade pregão sempre que o objeto for considerado comum. Quando a opção não recair sobre a modalidade pregão, o gestor deve justificar, de forma motivada e circunstanciada, sua decisão.

4.5. A aquisição/contratação de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, uma vez que consideram-se que os bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4.6. Todos os itens solicitados e definidos neste TR, utilizam especificações usuais no mercado atual. Para tanto transcrevemos precedente do TCU que versa sobre o tema:

Bem ou serviço comum é aquele que pode ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. O conceito de serviço comum não está necessariamente ligado a sua complexidade.”
Acórdão 1287/2008 Plenário (Sumário)

4.7. A caracterização de um bem ou serviço como comum não se confunde com a complexidade do objeto. O que deve ser verificada é a possibilidade de os seus padrões de desempenho e qualidade serem definidos objetivamente em especificações usualmente adotadas no mercado, o que fica evidente no presente instrumento convocatório.

4.8. O bem ou o serviço não envolve técnicas desconhecidas no mercado ou que requerem inovação tecnológica para a sua execução.

4.9. Ou seja o serviço É COMUM, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes com base no menor preço.

5. JUSTIFICATIVAS DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRAÇÃO

5.1. De acordo com o Art. 40 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o parcelamento da solução deve ser avaliado sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, desde que tal prática não comprometa a eficiência da contratação, a economia de escala ou a plena execução do objeto. Após análise da natureza dos itens envolvidos, optou-se por permitir o parcelamento da contratação, adotando a divisão em lotes e itens de acordo com a especificidade e a representatividade econômica de cada grupo.

5.2. Essa decisão fundamenta-se nos seguintes critérios:
1. **Agrupamento em Lotes:** Para itens compatíveis técnica e funcionalmente, como materiais de logística de campanha, optou-se pelo agrupamento em lotes.

Essa abordagem visa garantir a eficiência operacional, a economia de escala e a atratividade para fornecedores especializados, assegurando o atendimento integral às necessidades da Administração.

2. **Contratação por Itens:** Para os materiais de informática (ex.: smartphones, notebooks e nobreaks), a contratação será realizada por item. Essa estratégia é necessária devido à natureza técnica específica desses itens, que demandam fornecedores especializados, o que torna inviável seu agrupamento em um único lote. Além disso, a separação por item amplia a competitividade, permitindo que empresas com expertise distinta possam participar do certame.

5.3. Ao adotar o critério de julgamento pelo menor preço por lote para os itens agrupados e pelo menor preço por item para os materiais de informática, a Administração garante maior competitividade, eficiência e economicidade, promovendo a obtenção da proposta mais vantajosa. Essa abordagem também minimiza o risco de fracasso de itens isolados e assegura a execução plena e integrada do objeto.

5.4. Portanto, o parcelamento da solução, dividido em lotes e itens, está em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade, atendendo plenamente às necessidades da Administração e às disposições legais da Lei nº 14.133/21.

6. DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A adoção do sistema de Registro de Preços, nos termos do art 116 do Decreto Estadual 28.874/2024, decorre da conveniência da aquisição de bens conentrega parceladas conforme disponibilidade orçamentária e financeira, repetindo o planejamento estratégico de aquisições da corporação, objetivando evitar a imobilização desnecessária de recursos e o seu consequente desperdício.

Art. 116. Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver a necessidade de contratações sucessivas;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa; (grifo nosso)

III - quando for conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração Estadual.

§ 1º O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os requisitos previstos no art. 85 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º A adequação e conveniência da realização de registro de preços deverá ser expressamente atestada pela autoridade competente.

§ 3º Nas hipóteses previstas no caput, deverá ser elaborada justificativa expressa para o afastamento da adoção do SRP.

6.2. Por definição, o Sistema de Registro de Preços consiste no conjunto de procedimentos para o registro formal de preços para contratações futuras, sendo de especial utilidade na busca da eficiência na Administração Pública. Consta do ordenamento jurídico há vários anos, porém, sua implantação ocorreu efetivamente nos diversos órgãos após a criação da modalidade de licitação sob a forma de pregão/pregão eletrônico. Tal modalidade agilizou o processo licitatório, e suas vantagens combinadas às do Sistema de Registro de Preços proporcionam a desburocratização de procedimentos, agilidade, celeridade, economia processual, bem como auxiliam no planejamento organizacional.

6.3. A adoção do SRP permite a evolução significativa da atividade de planejamento, motivando a cooperação entre as mais diversas áreas. De igual forma, pode trazer várias vantagens para a sistemática de contratação, muitas vezes tão complexa, pois, promove maior eficiência e flexibilidade na realização das despesas públicas.

6.4. Ressalte-se ainda, que o SRP contribui para a eliminação do fracionamento de despesa, irregularidade frequente apontada pelos órgãos de controle interno e/ou externo, onde o órgão realiza uma ampla licitação, nas modalidades concorrência ou pregão, para aquisição de tudo que necessita para o exercício, enquadrando o que faltar na modalidade de dispensa.

7. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O presente Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.2. Além disso, a prorrogação da vigência do Ata de Registro de Preços configura uma nova contratação, permitindo a atualização dos quantitativos sem a necessidade de novos procedimentos licitatórios a cada ciclo anual. Essa abordagem assegura maior eficiência na gestão dos insumos, evita desabastecimentos e contribui para a plena operacionalidade das atividades da corporação.

8. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente (conforme Decreto Estadual nº 28.874/2024). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante

I - DAS COMPETENCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

- a) realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;
- b) consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- c) elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;
- d) promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório de intenção de registro de preços;
- e) realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;
- f) confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;
- g) realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;
- h) gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;
- i) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;
- j) analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;
- k) zelar pela observância dos limites individual e global para adesão;
- l) divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

II - DAS COMPETENCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

- a) O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua respectiva requisição de objeto, adequada ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:
- b) garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- c) manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;
- d) tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
- e) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter indicação do fornecedor, dos respectivos quantitativos e dos valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- f) assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto a valores

praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto a sua utilização;

g) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

h) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas em edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas à entrega, às características e à origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

9. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONAS”

9.1. Nos termos do Artigo 124 do Decreto Estadual 28.874/2024, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

9.2. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.

9.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

9.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

9.5. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9.6. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. De acordo com a Subseção VIII do Decreto Estadual 28.874/2024 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei 14.133/21;

10.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

10.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

10.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.6. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

10.7. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

10.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. Nos termos do Decreto Estadual 28.874/2024, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

11.2. O preço registrado poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 136 do Decreto Estadual 28.874/2024, a saber:

Art. 136. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

III - o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

IV - estiverem presentes razões de interesse público; e

V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

§ 2º O disposto no § 3º do art. 139 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

12. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Nos termos do art. 117, § 2º, inciso II, combinado com o art. 122 do Decreto Estadual nº 28.874/2021, fica fundamentalmente dispensada a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP) em razão da necessidade urgente e excepcional de aquisição do objeto pretendido, o que torna inviável o atendimento ao prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para manifestações de outros órgãos.

12.2. A urgência da aquisição decorre da necessidade imediata de atendimento das demandas operacionais, cuja postergação implicaria prejuízos ao interesse público e risco à continuidade dos serviços essenciais. Destaca-se que o objeto possui caráter específico, de interesse exclusivo deste órgão, inexistindo tempo hábil para inclusão de novos participantes sem comprometimento das atividades administrativas e operacionais.

12.3. Assim sendo, observou-se a excepcionalidade prevista no art. 117, § 2º, inciso II, do referido Decreto, a aquisição seguirá diretamente ao procedimento licitatório, com vistas à rápida satisfação do interesse público envolvido.

12.4. Portanto, não se aplica, neste caso específico, a obrigatoriedade de publicação do IRP.

13. DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS OBJETOS:

13.1. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação;

13.2. A Contratada deverá oferecer garantia dos objetos e de execução dos serviços providos pela mesma, garantindo que os mesmos estejam em conformidade com as especificações funcionais e operacionais descritas neste Termo de Referência;

13.3. A CONTRATADA garantirá os materiais nos termos da legislação em vigor, bem como sanará às suas expensas os defeitos que surgirem, substituindo assim, as peças que por ventura apresentem defeitos de fabricação;

Geradores de Energia 5KVA	Mínimo 12 meses
Notebook Robusto	Mínimo 12 meses
BARRACA DE CAMPANHA	Mínimo 12 meses
Congelador Horizontal 2 Portas	Mínimo 12 meses
Dispositivo Móvel Android Robusto (smartphone)	Mínimo 12 meses
Bebedouro Industrial 200L	Mínimo 12 meses
Climatizador de Ar Industrial	Mínimo 12 meses
Nobreak 1500VA	Mínimo 12 meses
Caixa de Transporte 160L (Hard Case)	Mínimo 12 meses

Extintores de Incêndio PQS 6kg	12 meses para recarga e 5 anos para teste hidrostático
Mesa Plástica com 4 Cadeiras	Mínimo 6 meses
Cama de Campanha	Mínimo 24 meses
Carrinho Coletor de Lixo 120L	3 meses
Caixa d'Água 1000L	60 meses
Fogão Industrial 4 Bocas + Forno 55 Litros	6 meses
Rede de Selva	6 meses

- 13.4. **Prazos para Assistência Técnica e Manutenção**
- 13.4.1. Atendimento Inicial (Diagnóstico)
- 13.4.2. O fornecedor deve iniciar o atendimento em até 72 horas úteis após uma solicitação formal.
- 13.5. **Prazo para reparo ou substituição:**
- 13.5.1. 5 dias úteis para problemas de solução simples .
- 13.5.2. 15 dias úteis para casos que dependam de substituição de peças ou envio para laboratório.
- 13.6. **Equipamento Substituto:**
- 13.6.1. Para equipamentos essenciais (geradores, bebedouros e climatizadores), caso o prazo ultrapasse 15 dias úteis, o fornecedor deve fornecer equipamento substituto até a resolução do problema.
- 13.7. **Garantia de Peças de Reposição:**
- 13.7.1. O fornecedor deve garantir a disponibilidade de peças de reposição por no mínimo 3 anos.

14. **DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO**

- 14.1. O Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia (CBMRO) é a instituição permanente do Estado responsável por serviços de busca, resgate, salvamento, combate a incêndios e ações de Defesa Civil. Tais atribuições legais exigem que a Administração Pública disponha de materiais e equipamentos especiais, essenciais não apenas para garantir a segurança dos militares, mas também para assegurar a eficiência no atendimento à população, com qualidade e segurança.
- 14.2. A aquisição de materiais para as bases móveis de combate a incêndios florestais é justificada por diversas razões, sendo fundamental uma resposta rápida e eficaz a esses eventos. As bases móveis, semelhantes a acampamentos, permitem que as equipes de combate a incêndios se desloquem rapidamente para áreas afetadas, reduzindo o tempo de resposta e aumentando a eficácia no controle do fogo. Além disso, muitas florestas possuem áreas de difícil acesso, e as bases móveis podem ser posicionadas estrategicamente em locais onde não seria viável ter uma estrutura física preexistente de combate a incêndios.
- 14.3. A rápida mobilização e o uso eficiente das bases podem limitar a propagação do incêndio, minimizando os danos ao ecossistema e preservando a biodiversidade local. Com mais bases móveis, as autoridades podem expandir suas operações e responder a múltiplos incêndios simultaneamente, melhorando tanto a segurança quanto a eficácia das operações.
- 14.4. Diante da intensificação dos incêndios florestais nos últimos anos e da necessidade de ampliar a capacidade operacional do CBMRO em áreas críticas, torna-se essencial a previsão de criação de 15 bases avançadas e forças-tarefa para o combate a incêndios florestais no ano de 2025, conforme o ofício nº 18261/2024/CBM-SUBCMDGERAL (0052932091). Com um número maior de bases móveis, as autoridades terão a capacidade de expandir suas operações e responder simultaneamente a vários incêndios, melhorando a segurança e a eficácia das ações.
- 14.5. Portanto, é imprescindível investir na logística para bases móveis de combate a incêndios florestais, promovendo assim uma resposta mais eficaz e eficiente aos desafios impostos por ocorrências de natureza florestal.

15. **DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 15.1. As propostas deverão estar adequadas as especificações técnicas e quantidades definidos no item 04 deste Termo de Referência;
- 15.2. Na proposta deverão constar o preço total, expressos e moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer;
- 15.3. Os preços ofertados deverão levar em conta o custos adicionais como: taxas, fretes, produção, instalação, acabamento e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação do serviço.
- 15.4. Na apresentação da proposta a licitante deverá apresentar prospecto/folder(s), e/ou catálogo(s), manuais técnicos específicos, com imagens e informações descritivas do objeto.
- 15.5. **As propostas de preços deverão ter validade mínima de 90 (noventa) dias corridos.**

16. **MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

- 16.1. Modalidade: **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**
- 16.2. Tipo: **Menor Preço por Item e Lote**
- 16.3. Modo de Disputa: **Aberto**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.4. Nos termos do art. 42, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a presente combinação de modalidade, tipo e modo de disputa revela-se adequada e eficiente, considerando:
- 16.4.1. A natureza comum dos bens a serem adquiridos, com especificações padronizadas, o que permite ampla competição e favorece o uso da modalidade pregão;
- 16.4.2. A adoção do sistema de registro de preços, justificada pela necessidade de contratações futuras e sob demanda, alinhando-se ao planejamento logístico da Administração para a execução do Plano de Operações de Incêndios Florestais (POTIF);
- 16.4.3. A escolha do critério de julgamento pelo menor preço, que se mostra o mais objetivo e vantajoso para a Administração, dada a homogeneidade dos itens e o foco na economicidade;
- 16.4.4. A utilização do modo de disputa aberto, que assegura dinamismo, competitividade e transparência, além de ser o mais compatível com a lógica do pregão eletrônico, em consonância com o art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 16.4.5. Dessa forma, entende-se que a opção adotada atende aos princípios da eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa e ampliação da competitividade, conforme determina o ordenamento jurídico vigente.

17. **DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO POR LOTE**

- 17.1. Conforme item 8 do Estudo Técnico 0056815096

18. **DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO**

18.1. **DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

18.1.1. **Do Local e Forma de Entrega**

O objeto deverá ser entregue na Diretoria de Logística do CBMRO, sito a Rua José Vieira Caúla, 5582 – Bairro Cuniã - Porto Velho - RO, CEP 76824-418, dentro do horário de expediente, das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, nos dias úteis;

18.1.2. **Do Prazo**

A Contratada deverá efetuar a entrega dos objetos, dentro de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato ou do recibo da nota de empenho.

A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega do objeto, deverá ser feita, com no máximo 10 dias antes da data de vencimento do prazo de entrega inicialmente estipulado e deverá ser dirigida à Coordenadoria de Planejamento Orçamento e Finanças - CPOF/CBMRO – e entregue (via e-mail: dofadm@cbm.ro.gov.br; ou físico) no horário de expediente (horário local), ficando a critério do CBMRO a sua aceitação.

18.1.3. Das Condições de Recebimento de Bens

Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas.

O recebimento provisório **NÃO** liquida a despesa e **NÃO** se presta para autorizar o pagamento dos materiais/serviços.

☐ ☐ O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO em face da eventual existência de vícios redibitórios.

O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, carga e descarga.]

Os materiais deverão ser entregues em perfeito estado de utilização; caso a mercadoria não se encontre mais disponível no mercado, o produto substituto deve ser de qualidade igual ou superior ao solicitado. A substituição deverá ser autorizada pelo contratante.

18.1.4. O Recebimento Provisório

O Corpo de Bombeiros Militar – CBMRO receberá **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, através de comissão de representantes, em até 05 (cinco) dias úteis. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus para o Órgão/Entidade toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, caso constatada divergência na especificação;

18.1.5. O Recebimento Definitivo

Após o cumprimento das obrigações pela Contratada, verificada a qualidade e a quantidade dos objetos entregues, e a consequente aceitação da Contratante, será emitido o Termo de Recebimento **DEFINITIVO** em até 10 (dez) dias úteis, que ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Logística - DLOG do CBMRO, por intermédio da Comissão de Recebimento de Materiais, em conformidade com as disposições contidas no **art. 140 inciso II, alínea "a" e "b", da Lei Federal 14.133/2021**, momento em que a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

18.1.6. Do atraso na entrega

18.1.7. A contratada tem a responsabilidade de entregar dentro do prazo determinado, no entanto, para os casos em que necessitem de prorrogação, a detentora deverá encaminhar ofício justificando o atraso na entrega e a necessidade de, se for o caso, prorrogar o prazo para entrega.

19. DA COMPRA ATRAVÉS DO REGISTRO DE PREÇOS

19.0.1. A utilização do Registro de Preços justifica-se por haver à necessidade de novas aquisições, a padronização dos objetos, diminuição de custos, proporcionando a garantia de futuras aquisições com o mesmo padrão e qualidade dos inicialmente adquiridos e ainda por preços vantajosos que poderão ser garantidos no Registro de Preços.

19.0.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

19.0.3. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

19.0.4. O Sistema de Registro de Preços encontra amparo legal no Art. 6º, Incisos XLV e XLVI, da Lei nº 14.133/21, que justifica sua adoção para tratar da referida aquisição do objeto a ser contratado, *in verbis*:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

XLVI - ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;

[...]

19.0.5. O Sistema de Registro de Preço esta regulamentado conforme Seção IV - Do Sistema de Registro de Preços, do Decreto Estadual 28.874/2024 que no Art. 116 estabelece as hipóteses para a utilização do SRP a saber:

Art. 116. Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver a necessidade de contratações sucessivas; (grifo nosso)

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa;

III - quando for conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento a mais de um órgão ou entidade;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração Estadual.

§ 1º O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os requisitos previstos no art. 85 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º A adequação e conveniência da realização de registro de preços deverá ser expressamente atestada pela autoridade competente.

§ 3º Nas hipóteses previstas no caput, deverá ser elaborada justificativa expressa para o afastamento da adoção do SRP

19.1. Da quantidade mínima para cada ordem de fornecimento (Decreto estadual. nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024)

Especificado na 7ª (sétima) coluna da tabela apresentada no item 4 deste Termo de Referência. Essa definição segue as disposições do art. 121, inciso IV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que prevê a obrigatoriedade de indicar o quantitativo mínimo a ser solicitado por ordem de fornecimento.

19.2. Da quantidade mínima a ser cotada (Art. 82, da Lei Federal n. 14.133, de 2021)

Estipulado em até 25% para o objeto em tela, conforme previsto no art. 82, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

[...]

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

19.3. Da possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

Todos os objetos serão entregues no mesmo local, portanto, fica **VEDADA** a possibilidade de prever preços para o objeto em tela.

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

Para os objetos deste termo de referência, não vislumbra-se forma e acondicionamento que implica em optar pela possibilidade de prever preços diferentes, portanto, fica **VEDADA** a possibilidade de prever preços para o objeto em tela.

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

Para os objetos deste termo de referência, será adotado o critério de julgamento de **MENOR PREÇO por LOTE**, portanto, fica **VEDADA** a possibilidade de prever preços para o objeto em tela.

19.4. A possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

19.4.1. Consta na 6ª (sexta) coluna do item 4, deste termo de referência a quantidade mínima a ser solicitada.

19.5. O registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação

19.5.1. Desta forma, eventuais problemas no fornecimento pelo primeiro classificado poderão ser supridos pelos fornecedores registrados sequencialmente.

20. DO CONTRATO / PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. A pretensa contratação será formalizada por meio de **Contrato Administrativo** ou, alternativamente, por **Nota de Empenho**, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2. O **prazo de vigência do contrato** será de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou documento equivalente, podendo ser **prorrogado por iguais e sucessivos períodos**, nos termos do art. 106 da referida lei, desde que mantidas as condições de habilitação e vantajosidade da proposta.

20.3. Durante a vigência contratual, os preços serão **fixos e irrevogáveis**. Havendo prorrogação, será permitido o **reajuste de preços** mediante solicitação da Contratada, desde que haja justificativa técnica e legal, observada a prévia análise e aprovação pela Administração.

20.4. Nos termos do **art. 42, XVIII do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, o prazo para assinatura do contrato será de **até 10 (dez) dias úteis**, contados da data de convocação do adjudicatário, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação justificada e aceita pela Administração, conforme previsto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021. Esse prazo visa garantir tempo suficiente para a análise dos termos contratuais por todas as partes envolvidas, assegurando segurança jurídica e regularidade do procedimento.

20.5. DA GESTÃO CONTRATUAL

20.5.1. Em observância ao art. 42, inciso XXIV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, as diretrizes relacionadas à estratégia de gestão contratual, incluindo a forma de acompanhamento da execução, fiscalização, controle de entregas e comunicação com a contratada, estão devidamente descritas neste Termo de Referência, especialmente no item **32 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**, o qual trata da designação de fiscais, responsabilidades da Administração, procedimentos de controle e registros, passando a integrar formalmente a estratégia de gestão contratual exigida para fins de planejamento e execução contratual.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Não serão exigidas Garantias Contratuais, uma vez que o objeto da presente licitação não apresenta grande complexidade em conformidade com o art.139 da lei 14.133/21.

22. DO REAJUSTE CONTRATUAL

22.1. O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano sendo a data-base vinculada à data de aprovação do quadro comparativo de preço, como preconiza o Art. 154, §2º do Decreto Estadual 28.874/2024, in litteris;

Art. 154. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

...

§ 2º O reajustamento deverá observar o índice específico ou setorial previsto no contrato, bem como o **interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do orçamento estimado definitivo da Administração**, ou, de forma justificada, o Edital pode prever outra data-base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, ou do último reajustamento levado a efeito no contrato.

22.2. O contrato será reajustado ou corrigido monetariamente tendo como base os requisitos trazidos no art. 25 da [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), §§ 7º e 8º, conforme citado abaixo:

§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 8º Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

22.3. Conforme arts. 152 e 155 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o pedido de reajuste, repactuação e revisão deverá ser instruído com os seguintes documentos:

Art. 152. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

...

Art. 155. O pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

22.4. Considerando que o reajuste de preços pode ser efetuado mediante a aplicação de índice – reajuste indexação – ou por meio de demonstração analítica de variação dos custos índices aplicar-se-á aos cálculos o índice **IGP-M (Índice Geral dos Preços – Mercado)**.

22.5. Os reajustes serão precedidos obrigatoriamente de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de memória do cálculo, conforme for a variação de custos objeto do reajuste;

22.6. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste de itens não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

22.7. A análise quanto ao reajuste ou repactuação ficará suspensa em caso de pendência de atos ou apresentação de documentação por parte da CONTRATADA.

23. DA REVISÃO / ALTERAÇÃO CONTRATUAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

23.1. Para fins da definição dos critérios de reequilíbrio econômico-financeiro, em caso de reajuste contratual (sentido amplo), será considerando o disposto pela Seção III, Capítulo VI, do Decreto nº 28.874/2024.

24. RESCISÃO / EXTINÇÃO DO CONTRATO

24.1. O Termo de Contrato poderá ser EXTINTO nas hipóteses previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis;

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Art. 139. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

24.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

24.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

24.4. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

24.5. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

24.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.7. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

24.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

24.9. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

24.10. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.11. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. Fica vedada a subcontratação, total ou parcial do objeto, pela contratada a outra empresa, não podendo ceder ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto da aquisição.

25.2. Tal vedação fundamenta-se na **necessidade de padronização do fornecimento, rastreabilidade dos produtos entregues, e responsabilização técnica direta da contratada**, considerando a natureza estratégica do objeto, vinculado ao Plano de Operações para Temporada de Incêndios Florestais (POTIF). A subcontratação comprometeria a eficiência da logística de distribuição, a uniformidade dos materiais e a gestão contratual, além de dificultar o controle de qualidade e a responsabilização por eventuais falhas.

25.3. A exigência está amparada no **art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021**, que autoriza a vedação à subcontratação quando tecnicamente justificada, como ocorre neste caso

26. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

26.1. Não poderão participar da presente licitação as empresas interessadas que se apresente em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

26.2. A vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequeno vulto não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a competição entre interessadas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

26.3. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, permitir a participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto do art. 15, da Lei Federal nº 14.133/21, e, ainda, do entendimento contido no Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de autorizar a admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação da participação de empresas constituídas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

27. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA

27.1. Os profissionais, organizados sob forma de cooperativa poderão participar do processo licitatório conforme estabelece o Art. 16 da Lei Federal 14.133/2021.

27.2. A constituição e o funcionamento da cooperativa deverá observar as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

27.3. A cooperativa deverá apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

27.4. Qualquer cooperado, com igual qualificação, que for capaz de executar o objeto contratado, poderá participar, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

28. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME/EPP E DA APLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL

28.1. Para fins de participação na presente licitação, serão observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 123/2006, do Decreto Estadual nº 21.675/2017, e demais normativos aplicáveis ao tratamento jurídico favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), inclusive no que se refere à possibilidade de exclusividade de participação ou de reserva de cota de até 25% por item ou lote.

28.2. **Nos termos do art. 48 da LC nº 123/2006, a Administração Pública:**

- I - deverá destinar exclusivamente à participação de ME/EPP os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (inciso I);
- II - poderá reservar cota de até 25% para ME/EPP nos certames de aquisição de bens de natureza divisível (inciso III), desde que tal medida não comprometa a viabilidade da contratação ou a competitividade do certame, conforme estabelece o §1º do mesmo artigo.

28.3. Além disso, o art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017 reforça que a reserva de cota para ME/EPP poderá ser aplicada em itens ou lotes de natureza divisível, desde que não haja prejuízo ao conjunto ou à execução do objeto.

28.4. Diante disso, após análise da natureza dos itens licitados e da estratégia logística e operacional exigida no contexto do PLANO DE OPERAÇÕES PARA TEMPORADA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS – POTIF 2025, a Administração delibera, de forma expressa e fundamentada, pela **não aplicação**:

- I - **da exclusividade de participação para ME/EPP** em itens com valor estimado inferior a R\$ 80.000,00 (art. 48, I, da LC nº 123/2006);
- II - **da reserva de cota de até 25% para ME/EPP** em itens de natureza divisível (art. 48, III da LC nº 123/2006 e art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017).

28.5. Tal decisão se fundamenta na inviabilidade técnica e econômica da segmentação dos lotes, uma vez que o fornecimento dos materiais demanda padronização, controle de qualidade, logística integrada e compatibilidade entre os componentes, não sendo recomendável o fracionamento sob pena de comprometer a execução contratual, a uniformidade dos equipamentos e a eficiência das operações de campo.

28.6. **Por fim, ressalta-se que permanecem assegurados todos os demais benefícios legais às ME/EPP, tais como:**

- I - preferência de contratação em caso de empate (art. 44 da LC nº 123/2006),
- II - direito à regularização fiscal (art. 43),
- III - e demais prerrogativas previstas na legislação vigente.

29. **DA HABILITAÇÃO**

29.1. **Habilitação Jurídica**

- 29.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 29.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;
- 29.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 29.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 29.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 29.1.6. No caso de agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; e/ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; e/ou outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do Decreto nº 11.802/2023
- 29.1.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- 29.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

29.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

29.2. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 29.2.1. Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 29.2.2. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 29.2.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 29.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 29.2.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

29.3. **Qualificação Econômico Financeira**

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos **últimos 90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente.

b.1) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por contador legalmente habilitado.

b.2) A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.3) Junto com o balanço patrimonial deverá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa;

b.4) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação OU do valor total estimado da parcela pertinente.

b.5) A comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido deverá ser exigida individualmente por item ou lote. Na hipótese de o licitante se sagrar vencedor em mais de um item ou lote, o Capital Social ou Patrimônio Líquido deverão ser suficientes para atender o somatório dos valores dos itens ou lotes.

b.6) Caso a Licitante não possua Capital Social ou Patrimônio Líquido suficientes para todos os itens ou lotes em que seja vencedora, o(a) pregoeiro(a) deverá habilitá-la de acordo com sua capacidade econômico-financeira, convocando o licitante para manifestar-se sobre quais dos lotes em que foi vencedor deseja abrir mão.

OBS: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21, bem como as orientações e jurisprudências do Tribunal de Contas da União, sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

29.4. JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DO ÍNDICE

29.4.1. A utilização dos índices econômico-financeiros na qualificação econômico-financeira é uma ferramenta essencial para garantir a saúde financeira e a capacidade operacional das empresas que participam de processos licitatórios, visando minimizar os riscos de inadimplimento e assegurar a continuidade e qualidade dos serviços ou fornecimentos contratados pela Administração Pública.

- a) Índice de Liquidez Geral (LG): Avalia a capacidade da empresa em cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, considerando o ativo circulante somado ao realizável a longo prazo em relação ao passivo circulante mais exigível a longo prazo. Um índice superior a 1 indica que a empresa possui ativos suficientes para honrar suas obrigações, garantindo estabilidade financeira.
- b) Índice de Solvência Geral (SG): Demonstra a capacidade global da empresa em honrar todas as suas obrigações, independente do prazo. É calculado pela relação entre o ativo total e o passivo circulante somado ao exigível a longo prazo. Índice acima de 1 demonstra que a empresa possui mais ativos totais que obrigações totais, revelando segurança econômica geral.
- c) Índice de Liquidez Corrente (LC): Específico para a avaliação de curto prazo, este índice demonstra a capacidade imediata da empresa em cobrir suas obrigações financeiras no curto prazo. Ele é calculado pela relação entre o ativo circulante e o passivo circulante, sendo um índice acima de 1 indicativo claro da saúde financeira imediata da empresa.

29.4.2. A aplicação destes índices objetiva resguardar o interesse público, prevenindo possíveis riscos financeiros na execução do contrato. Tais índices têm respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e estão em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a adoção de critérios objetivos e proporcionais à complexidade e relevância econômica do objeto contratado, permitindo à Administração Pública selecionar fornecedores e prestadores de serviços com capacidade econômico-financeira compatível com a responsabilidade assumida, assegurando o cumprimento integral dos compromissos assumidos junto à Administração Pública.

29.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

29.5.1. Base Legal: art. 18 no IX e 30, Art. 67 e Art. 88 da Lei Federal 14.133/21; IN 05/2017/MPOG; Decreto Estadual 28.874/2024.

29.5.2. Para fins de aferimento da qualificação técnica, a Contratada, deverá apresentar atestado de capacidade técnica, (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto deste instrumento, observando-se para tanto, no que couber, o disposto no art. 67 da Lei Federal 14.133/21.

29.5.3. Será aceito experiência semelhantes, compatíveis, equivalentes, ainda que não com as mesmas especificações dispostas no Termo de Referência, conforme o art. 67, da LEI Nº 14.133/2021.

29.5.4. Os atestado(s) de capacidade técnica:

29.5.5. Os Atestados de Capacidade Técnica, comprovando o desempenho da licitante em contrato compatível em características, com o objeto da licitação, será conforme o tipo de material equivalente ou semelhante aos itens do certame aos quais apresentar proposta.

- a) **Entende-se por pertinente e compatível em características:** comprovações, atuais ou anteriores, que demonstrem claramente que a licitante forneceu materiais ou serviços semelhantes ou compatíveis com o objeto desta licitação, **dispensando-se qualquer exigência relacionada a quantitativos específicos.** Tal decisão fundamenta-se na natureza do objeto licitado, para o qual não se identificam razões que justifiquem exigências mínimas de quantitativos.

29.5.6. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

29.5.7. Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 12 Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

29.5.8. E, na ausência dos dados indicados acima, antecipa-se a diligência prevista no art. 64 da Lei Federal 14.133/21 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

29.5.9. Em atendimento ao 2º § do Art. 67 da Lei Federal 14.133/2021 o Atestado de capacidade técnica deverá ser de algum objeto similar ao objeto contratado, com pelo ao 10% do quantitativo desejado. Para os Lotes serão considerando a parcela de maior relevância conforme os termos do § 1º do Art. 67 da Lei federal 14.133/21.

29.6. OUTRAS DECLARAÇÕES

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#); (ME E EPP)

f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;

29.6.1. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

30. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários destinados a cobrir a despesa estão inseridos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de Ação Governamental, exercício 2024.			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTES DE RECURSO

15014 - Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar- RO	15.014.06.122.2103.2087	33.90.30 44.90.52	1.759.0.08026 2.759.0.08026
15004 - Corpo de Bombeiros Militar- RO	15.004.06.122.2103.2087	33.90.30 44.90.52	1.500.0.00001

31. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

31.1. Deverão ser apresentados na Diretoria de Logística do CBMRO - DLOG, com sede na Rua José Vieira Caúla, 5582 – Bairro Cuniã - Porto Velho - RO, das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, nos dias úteis. (a qual remeterá junto ao Termo de Recebimento Provisório à Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/CBMRO) as Notas Fiscais/Faturas, emitidas em 02 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição do objeto, o número da Conta Bancária da futura **CONTRATADA**, para depósito do pagamento, acompanhada dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato;

31.1.1. O pagamento decorrente de contratações públicas será efetuado após a habilitação para pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua regularização. Entende-se como habilitação para pagamento a emissão do Parecer Técnico da despesa elaborado pela setorial de controle interno.

31.1.2. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, conforme Art. 188 do Decreto Estadual 28.874/2024, in ipsi litteris;

Art. 188. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;

II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;

III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;

V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição;

VI - comprovante de atingimento de metas e respectivo impacto percentual no caso de remuneração variável;

VII - comprovante de percentual de economia produzida, nos casos de contratos de eficiência.

§ 1º Os documentos apresentados deverão ser atestados pela fiscalização do contrato que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento diante do cumprimento do objeto e efetiva correspondência com o valor cobrado, devendo ser autuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.

§ 2º Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.

§ 3º Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.

§ 4º Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

§ 5º Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.

31.1.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá atender às exigências dos órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo da autorização para sua emissão;

31.1.4. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas (nestes casos a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento do Termo Definitivo, para efetuar a análise e o pagamento);

31.1.5. As Notas Fiscais/Faturas deverão vir acompanhadas dos respectivos comprovantes de recolhimento de encargos sociais: Certidões Negativas de Débito junto ao INSS, FGTS, Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa Estadual e Fazenda Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT atualizadas, e certidões positivas com efeito negativas.

31.1.6. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = N \times VP \times I$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da Parcela a ser paga
- I = Índice de compensação financeira, assim apurado:
- $I = (TX/100)/365$ I =
- TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

31.1.7. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

31.1.8. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

31.1.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

32. **DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:**

32.1. Cumprir fielmente o que estabelece as cláusulas e condições deste Termo de Referência, de forma que, o objeto a ser entregue esteja em conformidade com as especificações técnicas exigidas e as propostas apresentadas;

32.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto da aquisição;

32.3. Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega, inclusive a realizada pelos transportadores;

32.4. Assumir o ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

32.5. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo desta contratação;

32.6. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitada pelo Contratante.

32.7. Fica a CONTRATADA obrigada a entregar os objetos, em conformidade com as especificações e quantidades solicitadas pelo CBMRO, respeitando os quantitativos licitados neste Termo de Referência.

32.8. Fica a CONTRATADA obrigada a aceitar as supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Contratante, conforme previsto art. 125, da Lei nº 14.133/21, ficando os acréscimos vedados conforme art. 23, do Decreto Federal n. 14.462/23.

32.9. Todas as despesas referentes a frete, taxas e demais impostos, que irão compor os preços dos materiais/equipamentos, deverão ocorrer por conta da CONTRATADA;

- 32.10. Fica a CONTRATADA obrigada a entregar os itens dentro do prazo determinado, no entanto, para os casos em que necessitem de prorrogação, a detentora tem a obrigação de encaminhar ofício justificando o atraso na entrega e a necessidade de, se for o caso, prorrogar o prazo para entrega.
- 32.11. Assinar/retirar este contrato ou instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, o mesmo poderá ser feito através do representante legal ou preposto;
- 32.12. Responsabilizar-se, integralmente, pela entrega dos materiais à Contratante conforme as especificações do objeto, condições e prazos estipulados, com as devidas garantias incluídas e legislação vigente, ficando vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto pela Contratada à outra empresa;
- 32.13. Responsabilizar-se pelas despesas referentes ao manuseio, embalagem e transporte do objeto, desde o fabricante até o local de entrega previsto neste instrumento;
- 32.14. Apresentar no ato da entrega dos bens, os Termos ou Certificados de Garantia e os Registros e licenciamentos requeridos no objeto;
- 32.15. Comunicar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, no prazo de 1 (um) dia útil, a ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos que impeçam mesmo temporariamente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução deste contrato, total ou parcialmente, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizados;
- 32.16. Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente incidam ou vierem a incidir sobre a aquisição, inclusive com as despesas referentes a seguro e transporte, quando ocorrerem;
- 32.17. Arcar com as despesas de qualquer natureza, em todo caso de devolução ou extravio dos materiais;
- 32.18. Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, o recolhimento de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre o contratado, sendo que sua inobservância implicará o não pagamento à Contratada, até a sua regularização;
- 32.19. Manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação como condição para celebração deste contrato.
- 32.20. Fica a contratada apresentar as seguintes declarações:
- 32.21. Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 32.22. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.
- 32.23. Apresentar a Declaração de ME/EPP.
- 32.24. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.
- 32.25. Apresentar a Declaração de Menor.
- 32.26. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
- 32.27. Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
- 32.28. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
- 32.29. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

33. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 33.1. Fiscalizar todo o processo, buscando garantir que o objeto seja fornecido em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- 33.2. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;
- 33.3. Rejeitar no todo ou em parte os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa;
- 33.4. Receber as Notas Fiscais/Faturas e conferir se está em conformidade com os materiais, devendo posteriormente, encaminhá-la para pagamento, de acordo com as condições de pagamento;
- 33.5. Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas no objeto fornecido.
- 33.6. Efetuar o pagamento à contratada nas condições pactuadas;
- 33.7. Fiscalizar a qualidade do material entregue;
- 33.8. Reter o imposto de renda de TODOS os documentos fiscais emitidos a partir de novembro de 2022, em conformidade com a IN nº 1.234/2012, resumida na Tabela de Aliquotas. Com EXCEÇÃO das Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI que NÃO estarão sujeitas à retenção de IR. No entanto, esta condição deverá ser comprovada juntamente com o documento fiscal a ser entregue para pagamento.
- 33.9. do acompanhamento e fiscalização
- 33.10. O Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia, conforme os termos do art. 117, da Lei nº. 14.133/21, designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 33.11. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21;
- 33.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no [art. 7º da Lei 14.133/21](#), ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 33.13. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 33.14. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 33.15. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 33.16. O fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

34. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

- 34.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para aquisição do objeto deste Termo de Referência.
- 34.2. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- 34.3. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;
- 34.4. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, assim como Decreto Estadual nº 21.264 de 20 de setembro de 2016 que "Dispõe sobre a aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável no âmbito do Estado de Rondônia...".

35. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

- 35.1. Os preços ofertados deverão levar em conta os custos adicionais (como frete, envio, embalagens, taxas, impostos, etc.);
- 35.2. O orçamento definitivo da contratação será definido após a emissão do quadro comparativo de preços pela Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços da SUPEL, conforme trata o art. 60 do Decreto Estadual 28.874/2024, in verbis;

35.3. Avista disso, o orçamento definitivo da licitação constará no Quadro Estimativo de Preços anexo ao Instrumento convocatório.

36. SANÇÕES

36.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, I, II, III e IV, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

36.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

36.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e será descredenciado do sistema de cadastro da SUPEL e SICAF, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade.

36.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

36.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

36.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

36.7. A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da aquisição, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

36.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021:

- Inexecução total ou parcial do contrato;
- Apresentação de documentação falsa;
- Comportamento inidôneo;
- Fraude fiscal;
- Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

36.9. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

36.10. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	05	3,2% por dia
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos materiais de atendimento pré-hospitalar, por cada solicitação (NE).	05	3,2% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	04	1,6% por dia
5	Entregar os materiais incompletos ou deixar de providenciar reposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
Para os itens a seguir, deixar de:			
6	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à entrega dos materiais; por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
7	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% por dia
9	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia
10	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados, etc.	02	0,4% por dia
11	Manter a documentação de habilitação atualizada; por serviço.	01	0,2% por dia
12	Iniciar a entrega dos materiais nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos no Termo de Referência; por ocorrência.	01	0,2% por dia

* incidindo sobre a parte inadimplida do contrato.

36.11. Para as infrações não previstas na tabela de sanções acima, fica estabelecido os seguintes percentuais para aplicação de penalidades, incidente sobre o valor-mensal do contrato:

- 0,3% por dia, para infrações leves;
- 2,0% por dia, para infrações médias;
- 3,5% por dia, para infrações graves;

36.12. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

36.13. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

36.14. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

36.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

36.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 36.17. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.
- 36.18. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 36.19. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 36.20. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 36.21. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 37. DO FORO**
- 37.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, salvo disposição em contrário quanto à utilização da arbitragem. A adoção da arbitragem, nos termos do art. 11 da Lei Estadual nº 4007/2015, dependerá de decisão expressa e específica das partes, devidamente fundamentada e registrada em instrumento complementar.
- 38. DOS CASOS OMISSOS**
- 38.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/21, Decreto 28.874/2024, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.
- 39. DAS CONDIÇÕES GERAIS**
- 39.1. As especificações do material solicitado, são baseadas no Estudo Técnico 0056815096.
- 40. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI N 13.709/2018 - LGPD**
- 40.1. Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), todas as atividades relacionadas ao fornecimento de materiais e equipamentos de logística de campanha, essenciais ao suporte das equipes de combate a incêndios florestais, em conformidade com as diretrizes do PLANO DE OPERAÇÕES PARA TEMPORADA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS – POTIF 2025 deverão observar os princípios e diretrizes de proteção de dados pessoais.
- 40.2. A empresa contratada deverá garantir que todos os dados coletados, armazenados ou tratados durante a execução do contrato sejam protegidos contra acessos não autorizados, vazamentos ou qualquer uso indevido. Para isso, deverão ser adotadas medidas técnicas e organizacionais adequadas, conforme previsto na legislação vigente.
- 40.3. Além disso, qualquer compartilhamento de informações sensíveis deverá ocorrer somente mediante autorização expressa do CBMRO, observando-se os critérios de necessidade e finalidade do tratamento dos dados.
- 40.4. A empresa contratada será responsável por garantir a conformidade com a LGPD em todas as suas operações, incluindo a capacitação de seus colaboradores e a implementação de políticas de privacidade que resguarдем os direitos dos titulares de dados envolvidos no processo.
- 41. CONCLUSÃO**
- 41.1. Diante da fundamentação exposta neste documento, concluímos não apenas pela viabilidade da contratação, mas também por sua necessidade, eis que o objeto previsto neste Estudo Preliminar é de suma importância para a manutenção do bom andamento do serviço, tanto administrativo quanto operacional.
- 41.2. Registramos que os dados acima transcritos comprovam que, por hora, adquirir materiais de expediente, representa medida administrativa revestida de maior vantagem para a administração. Visando garantir assim, qualidade, segurança e agilidade para atender com presteza e excelência os cidadãos no Estado de Rondônia.

Porto Velho/RO, Data e hora do sistema.

Elaborado por: **ALAN RODRIGUES DO NASCIMENTO - 1º SGT BM**
Assessor da Seção de Compras- CPOF/CBMRO

Revisado por: **JEUDE DE OLIVEIRA MACEDO - STEN BM**
Chefe da Seção de Compras - CPOF/CBMRO

Revisado por: **FRANCISCO PINTO ANDRADE JÚNIOR - CEL BM**
Coordenador de Planejamento, Orçamento e Finanças - CPOF/CBMRO

Aprovado por: **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA – CEL BM**
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia
Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Alan Rodrigues do Nascimento, 1º Sargento**, em 18/07/2025, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEUDE DE OLIVEIRA MACEDO, Subtenente**, em 22/07/2025, às 07:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Pinto Andrade Junior, Coronel**, em 22/07/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 22/07/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062159167** e o código CRC **88F9556B**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0004.010936/2024-94

SEI nº 0062159167